UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

ATA DE REUNIÃO

ATA DE REUNIÃO Nº 239

REUNIÃO DO CONSELHO DE *CAMPUS* BAGÉ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - *CAMPUS* BAGÉ

Aos oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, às 14:00, no Auditório do Bloco V do *Campus* Bagé, reuniram-se os membros do Conselho do *Campus* de Bagé, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA, para dar início à ducentésima trigésima nona reunião do referido Conselho. Participantes de forma presencial: Pedro Fernando Teixeira Dorneles (Diretor do *Campus* Bagé); Isaphi Marlene Jardim Alvarez (Coordenadora Acadêmica); Anderson Silva de Araújo (Coordenador administrativo); os coordenadores de curso Catarina Motta de Moura, Gerson Alberto Leiria Nunes, Enoque Dutra Garcia, Cláudio Sonáglio Albano, Tânia Regina de Souza, Valter Antonio Ferreira, Carla Judite Kipper, Denise Von Der Heyde Lamberts, Fábio Ronei Rodrigues Padilha, Matheus de Carvalho Leite, Rafael Roehrs; os coordenadores de Mestrados Paulo Henrique Guadagnini, Carolina Fernandes, Valesca Brasil Irala; André Ricardo Felkl; Fabiana Missau (representante da Comissão Local de Extensão), Rui Rosa de Moraes Junior (representante da Comissão Local de Pesquisa); Miriane Lucas Azevedo, Leonardo Bidese de Pinho (representação Docente); Lúcia Petinga Irala, Miriam Moreira da Silva (representação TAEs); Iasmin Soares Trindade, Vitor da Silva Moreira (representação discente), Luciano Vacilotto (representação externa). Registradas as ausências de Vera Lúcia Cardoso Medeiros (coordenadora de curso); Alexandro Gularte Schafer (coordenador de mestrado), Ana Eveline Marinho (representação TAEs), Giovana Costa Piazza (representação discente). O Diretor Pedro iniciou falando que foi necessária esta reunião extratordinária porque o ponto das vagas docentes precisa ser superado e encaminhado. Lembrou que a equipe diretiva tem procurado vencer algumas pautas do Campus e falou das reuniões sobre planejamento estratégico e Plano diretor do Campus. Falou dos avanços alcançados com ajuda da comunidade acadêmica, como a ocupação do bloco V, com a mudança de laboratórios, instalação de capelas (embora algumas ainda precisem de peças, algumas já estão funcionando). Comunicou que no dia de amanhã, haverá reunião com a Reitoria, PROPLADI, COEF e Escritório Borba Neto, para apresentação de um projeto arquitetônico para parada de ônibus e calçamento, doado pelo Condomínio Portozuelo ao Campus. Espera-se a licitação ainda para este ano, com recursos do PAC, aspira que seja o último inverno sem esses recursos. O projeto será socializado com a comunidade acadêmica. Falou também que foi convidado para o palanque do desfile de Sete de setembro, onde pôde socializar com várias autoridades, vereadores, delegado, secretários, que são apoios fundamentais para realizar as demandas. São muitos encaminhamentos necessários, mas nesse momento, é imperioso tratar das vagas docentes. Após, foi tratado o tema: **1. Definição de estratégia para distribuição de vagas docentes.** A equipe diretiva tem proposta de metodologia, considerando que é o Conselho o responsável por determinar os critérios e ferramentas a serem utilizados para concluir essa pauta. Lembrou que o relatório de pedido de vistas do Conselheiro Leonardo não foi aprovado e que não foi votado o relatório da Comissão. Comentou que buscou suporte no CONSUNI, onde a secretária executiva Sara alertou para o fato de que o Campus não tem um regimento, pois para isso teria que ter sido votado no Conselho. Portanto, o Campus possui uma norma, que não é um regimento, mas é o que pode ser utilizado. Essa é uma demanda para o grupo. A secretária disse, ainda, que o CONSUNI não vota parecer de pedido de vista, mas que esses relatórios são usados para amparar o debate, aprofundar a discussão do ponto. A norma do Campus diz que o relatório precisa ser aprovado, rejeitado ou receber pedidos de modificação. Por outro lado, há todo um trabalho realizado pela Comissão, que também não foi votado devido ao pedido de vistas que se somou a outros questionamentos já apresentados, sobre quais professores foram levados em consideração, há quanto tempo estavam afastados. Na última reunião, surgiu outro questionamento importante sobre a ordem das vagas, que era diferente do que aparecia no relatório. O correto seria primeiro a vaga para LA, LF e depois no relatório estava EQ, e na reunião foi dito que seria LQ. Mas isso

é a Comissão que precisa esclarecer. Assim, o professor Guilherme respondeu o e-mail dizendo que o relatório foi produzido e revisado no âmbito da Comissão, com essa ordem LA, LF, EQ. Dessa forma, do relatório da Comissão, há esclarecimentos que precisam ser prestados: qual a ordem das vagas; quais casos de professores foram analisados, quando saíram os servidores e quais chegaram, considerando-se os casos de medida judicial ou de transferência sem contrapartida. Diante do exposto, entende-se como adequado ponto de pauta "definição de estratégia para distribuição de vagas docentes". A proposta da equipe diretiva é colocar em votação o relatório de parecer de vistas, que foi enviado há bastante tempo, com possibilidade de aprovação ou não, bem como de inclusão de modificações. Em caso de aprovação do relatório, tem-se claro que está contrário ao encaminhamento da Comissão. Assim, não é necessário votar encaminhamento da Comissão. O relatório não sendo aprovado, é preciso considerar os questionamentos à Comissão, para os quais ainda não se tem resposta. Dois deles serão referendados pela equipe diretiva: a. Questionamento do Conselheiro Albano: a relação de todos os professores considerados no relatório que saíram do Campus, com data de saída, curso e motivo e; b. A relação de todos os professores que as áreas e cursos receberam. Somado a isso, é necessário clarificar com a Comissão qual é realmente a ordem das vagas. Mais uma vez, o Diretor comentou que a equipe diretiva não costuma votar em abstenção, mas nesse caso, em que estão envolvidos seus cursos, Engenharia de Alimentos, Letras Línguas Adicionais, Física, preferiram se abster. O Conselheiro Albano manifestou que não é possível que os conselheiros continuem o debate sem as respostas aos questionamentos citados. A professora Ana Rosa pediu a palavra para esclarecer o fato que lhe causou surpresa, de ter uma solicitação de cedência antiga citado como argumento de que talvez o curso de Engenharia Química não necessite de vaga, uma vez que apoiou o pedido. Ne época a professora apresentou motivos pessoais e devido às relações de coleguismo e solidariedade diante de uma situação pessoal que pode acontecer com qualquer pessoa, teve sua solicitação atendida e apoiada por conselheiros e demais colegas. Então, essa situação não está relacionada com planilha de distribuição de vagas e não demonstra que o curso não está precisando de vaga. Dessa forma solicita que a informação seja desconsiderada pelos conselheiros porque não diz respeito ao tema em tela. A Conselheira Miriane pediu para responder ao Conselheiro Albano, e reiterou que não viu o relatório, que ele não passou pelo crivo da Comissão, que talvez tenha sido revisado por alguns docentes, de forma que não se pode dizer que a Comissão revisou o relatório antes de enviar. Em segundo lugar manifestou que acha bastante adequada a metodologia da reunião, porque não se pode "atropelar" o fluxo. Importante visualizar o pedido de vistas, se fosse aceito, renegaria o relatório da Comissão e se partiria para outras alternativas. No caso do pedido de vistas ser negado, se votaria o relatório. Disse que concorda com o Conselheiro Albano, que a reunião foi antecipada, porque primeiro é necessário sanar as dúvidas. Além disso, a consulta deve ser feita a todos a Comissão, não apenas ao presidente, pois o coletivo deve ser respeitado. O Conselheiro Leonardo disse que a proposta da equipe diretiva vai ao encontro da necessidade de encaminhar o ponto de pauta. Reforçou que todos tiveram acesso ao relatório de pedido de vistas, que teve o cuidado, na sua condição de representante docente de passar as informações aos demais professores do Campus, para que todos tivessem ciência desse conjunto de informações que nada mais é que uma coletânea, um compilado de informações. Disse que respeita a fala da professora Ana Rosa e a fala da professora Miriane, entendendo que cada um tem a sua opinião. Acredita que toda vez que é necessário tomar uma decisão, esta deve ser amparada em dados. Então sua preocupação com a criação do documento foi de tentar ajudar, facilitar o trabalho dos demais conselheiros, reunindo em um único lugar uma fonte de informações baseadas em documentos oficiais para ajudar na tomada de decisão. Desculpou-se com a professora Ana Rosa, explicando que todos os processos que acontecem dentro dos diferentes cursos dizem respeito ao tema. Todos os processos que envolvem o dimensionamento e a quantidade de docentes afetam o funcionamento do curso e do Campus como um todo. Quando um docente deixa o Campus para qualificação, por questão pessoal ou por qualquer motivo, determinadas áreas tendem a ficar mais sobrecarregadas. Assim, os afastamentos docentes não se restringem ao espaço dos cursos. A citação do caso da professora Ana Rosa no relatório de pedido de vistas de forma alguma tem o intuito de ofensa, simplesmente faz parte da junção de informações relevantes para a tomada de decisão. Cabe a cada Conselheiro avaliar a relevância da informação. Finalizando sua fala, questionou se foram encontrados erros nos dados, uma vez que o relatório foi enviado há semanas não apenas aos conselheiros, mas para todos os docentes, e colocou-se à disposição para corrigir ou tentar corrigir eventuais incorreções no documento da melhor maneira possível. O Conselheiro Matheus destacou que o parecer apresenta informações muito importantes. Com relação à fala do Conselheiro Leonardo, o Conselheiro Rafael manifestou que, a partir desse momento, todo o pedido de afastamento, seja para qualificação ou para trabalhar em programas de pós-graduação, precisa passar por análise dos resultados para a carga horária

docente. Disse que viu o pedido de Leonardo para trabalhar em uma incubadora, mas não lembra de ter visto os dados sobre o impacto que este trabalho ocasionaria no curso dele. Comentou que é importante realizar este tipo de trabalho extra porque o papel da universidade é a pesquisa, o ensino, a extensão e, agora, a Inovação, mas que, se a partir de agora é necessário trabalhar com dados, como o conselheiro Leonardo requisitou, é importante que apareçam dados de todos. Então, quando são realizados os pedidos, deve-se informar também como o afastamento pode impactar o curso. O conselheiro Leonardo manifestou-se dizendo que são coisas distintas: seu pedido diz respeito à horas extras, por isso não tem impacto na carga horária docente. A carga de serviço na encubadora está fora das suas 40 horas de trabalho semanais. O conselheiro Rafael prosseguiu dizendo que qualquer time joga com um ou dois jogadores a menos, mas não consegue manter essa situação por muito tempo. Lembrou que a vaga de que se trata era do curso de Licenciatura em Química. Clarificou que não está sendo solicitada vaga nova, mas a reposição de vagas perdidas no curso. Falou que, com a ausência de professores, os outros vão se sobrecarregando pelo envolvimento em pesquisa, ensino, extensão e gestão, além da pós-graduação. Então, a partir de agora sugere que cada vez que houver um pedido de afastamento seja apresentado também o impacto da ausência para que o curso possa entender de maneira adequada se pode assumir ou não a carga daquele professor. Reforçou o exposto na última reunião, de que não concorda com dados apresentados na planilha pelo Conselheiro Leonardo, porque ela não representa a realidade do curso. A conselheira Valesca comentou sobre o relatório de pedido de vistas do professor Leonardo, em que foi citada a situação da professora Kátia Morais. Entretanto, a professora Kátia é da área do inglês, o que não tem relação com a vaga que supostamente foi indicada para que o curso recebesse, porque esta vaga é para a área de espanhol, oriunda do afastamento da professora Elenice. Então, é uma falha mencionar o caso da professora Kátia. A conselheira lembrou que desde abril do ano passado, há praticamente um ano, essas vagas docentes vêm sendo debatidas sem que se encontre um caminho a ser tomado. O Conselho, segundo ela, está demorando muito tempo para tomar essas decisões, de forma que acredita que é necessário votar a aprovação do relatório e seguir adiante nas possibilidades de encaminhamento. Considera a demora um absurdo em termos de aproveitamento de tempo e pessoal no serviço público. Enquanto estão debatendo o tema, os profissionais poderiam estar realizando outras atividades, dando aulas, contribuindo com a pesquisa, com a pós e com a qualificação profissional. O conselheiro Luciano lembrou que em uma das primeiras reuniões que participou no Conselho, no dia 23 de março de 2024, houve o debate sobre a cedência da servidora Ana Rosa. Disse que recorda da reunião e foi uma das pessoas que votou não para a cedência da professora, afirmando que a Universidade e a comunidade ganharam com a sua permanência. A Conselheira Tânia manifestou desconforto em relação ao tema "definição da estratégia de distribuição de vagas para os docentes", considerando que ele já havia sido previamente discutido e encaminhado. Ressaltou que, embora a planilha utilizada anteriormente tenha gerado desconforto, ela foi empregada para a distribuição de três vagas. Posteriormente, foi formada uma comissão que trabalhou na análise e elaboração de propostas para as demais vagas. Apesar de não ter participado da comissão, reconheceu o esforço do grupo envolvido, que realizou reuniões e apresentou propostas que, embora passíveis de questionamentos, poderiam ser discutidas e esclarecidas. A professora destacou sua preocupação com o fato de o trabalho da comissão não ter sido avaliado nem votado, sendo substituído por uma nova estratégia, o que, segundo ela, desvaloriza o empenho dos colegas. Enfatizou a importância de respeitar o trabalho desenvolvido e alertou para o risco de perder as vagas caso a distribuição continue sendo postergada. O Conselheiro Pedro manifestou-se destacando a importância de se buscar encaminhamentos objetivos para a questão, ressaltando que a intenção principal da equipe diretiva é promover o avanço nas discussões, mesmo diante das dificuldades enfrentadas. Reforçou que os encaminhamentos propostos tiveram como finalidade destravar pontos críticos e buscar soluções viáveis, ainda que os processos enfrentem resistências ou não resultem, de imediato, em consensos. Pedro também mencionou a necessidade de respeitar o trabalho já realizado pelas comissões anteriores, ao mesmo tempo em que apontou que, até o momento, os perfis docentes propostos por essas comissões não obtiveram aprovação. Por fim, ressaltou que algumas das propostas apresentadas reacenderam debates que se julgavam superados, o que reforça a importância de se construir consensos com base em critérios claros e objetivos. A Conselheira Carla Judite fez uso da palavra para esclarecer e reafirmar pontos relacionados ao processo de distribuição de vagas e à atuação da comissão formada para esse fim. Inicialmente, recordou que, em reunião anterior, ficou acordado o uso da planilha para a distribuição de três vagas, e que uma nova comissão foi constituída para avaliar formas alternativas de distribuição das três vagas remanescentes. A conselheira reconheceu que o presidente designado para a nova comissão talvez não tenha sido a melhor escolha, uma vez que teria subestimado a complexidade do trabalho, acreditando que

bastaria reunir o grupo algumas vezes. Reforçou, no entanto, que todos os cursos estavam representados na comissão, sendo que eventuais ausências ocorreram por opção dos próprios representantes. Afirmou ainda que todas as ideias foram devidamente consideradas, inclusive com exposições dos professores Sandro e Júlio, que posteriormente optaram por se retirar do processo. Sobre o relatório final, esclareceu que não houve apreciação pela comissão após a última reunião, visto que o presidente da comissão entendeu que faria apenas uma explanação. Assim, segundo a conselheira, é fato que o documento entregue não passou por nova validação interna, sendo apresentado diretamente ao conselho juntamente com outros documentos. Carla Judite reforçou que a comissão era composta por representantes de todos, e que, no momento em que o relatório chegou ao colegiado, alguns cursos manifestaram contrariedade e solicitaram vistas, apresentando argumentos, inclusive relacionados ao surgimento de novos cursos. A conselheira manifestou incômodo diante de posturas que considerou incoerentes, destacando que quando foi decidido o uso da planilha para três vagas, nenhum curso se dispôs a abrir mão delas para a criação de um novo curso. Segundo ela, somente após os cursos já contemplados com vagas é que surgiram demandas para que as restantes fossem destinadas a novos cursos o que lhe causou sensação de desrespeito. A conselheira também registrou desconforto com questionamentos feitos anteriormente em reunião, que colocaram em dúvida sua legitimidade para participar da comissão. Ressaltou que sua representatividade sempre foi validada pelos cursos e que continuará defendendo a posição de seu curso até o fim de seu mandato como coordenadora. Em relação ao trâmite processual, Carla Judite lamentou a falta de clareza sobre a ordem adequada: se deveria primeiro ser feito o relatório e, depois, o pedido de vistas, ou o contrário. Destacou que, diante de dúvidas quanto à validade do relatório, o ideal teria sido esclarecer previamente com o responsável pela comissão como o documento deveria ser elaborado e apresentado. Para ela, a condução inadequada criou desarmonia no Campus, incentivando divisões e confrontos. Ao final, a conselheira reafirmou sua defesa por processos claros, comunicação eficiente e decisões harmoniosas, reforçando que está disposta a votar sobre o relatório da comissão, a fim de que o processo siga seu curso. Criticou ainda a falta de transparência na planilha 4.2, mencionando que perdeu tempo tentando interpretar números que posteriormente percebeu estarem filtrados, dificultando sua leitura. Reforçou que é necessário encerrar os impasses e retomar o foco no trabalho coletivo ou discutir a devolução das vagas. O conselheiro Leonardo disse que não há quadro 4.2, que o quadro 2 é só um extrato da planilha que foi compartilhada e apresentada pelo professor Guilherme. O Conselheiro Leonardo solicitou a palavra para realizar um breve esclarecimento em complemento à fala da Professora Valesca, especificamente no que se refere à reunião realizada em dezembro do ano anterior. Segundo o conselheiro, na ocasião houve manifestações expressivas tanto favoráveis quanto contrárias à utilização da planilha como instrumento de distribuição de vagas. Destacou que, ao final da votação, foram registrados onze votos contrários, sete favoráveis, 3 abstenções, o que, segundo ele, demonstra a divergência entre os membros do colegiado naquele momento. O conselheiro enfatizou que, diferentemente de interpretações que circularam posteriormente, não houve maioria absoluta a favor da planilha, tampouco um consenso claro. Ressaltou que a votação indicou uma maioria contrária ao seu uso e que o número expressivo de votos em ambas as posições evidencia a complexidade da decisão e a necessidade de respeitar a pluralidade de opiniões dentro do conselho. Como encaminhamento, houve votação do relatório de vistas. Em caso de aprovação, não se retoma o trabalho da comissão. Em caso de desaprovação, encaminha-se à comissão os questionamentos dos conselheiros. Até sexta-feira, dia 10 de setembro, os conselheiros incluem as questões no drive. Até dia 18 de setembro é o prazo para resposta da comissão. Em votação, o relatório foi reprovado por onze votos contrários (Catarina, Tânia, Valter, Carla Judite, Denise, Fábio, Rafael, Carolina, Valesca, André, Miriane), cinco votos favoráveis (Gerson, Enoque, Cláudio, Matheus, Leonardo), onze abstenções (Pedro, Isaphi, Anderson, Paulo, Fabiana, Rui, Lúcia, Miriam, Iasmin, Vitor, Luciano). Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Lisiane Inchauspe de Oliveira, secretária executiva, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, vai assinada eletronicamente pelo professor Pedro Fernando Teixeira Dorneles, Diretor do *Campus* Bagé.

Assinado eletronicamente por **PEDRO FERNANDO TEIXEIRA DORNELES**, **Diretor(a) Campus Bagé**, em 01/12/2025, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1831083** e o código CRC **099231E7**.